

## **Chuvas, Olimpíadas e reforma urbana**

**César Benjamin**

Folha de S. Paulo, 17 de abril de 2010

Nas três últimas décadas, o “lugar” das favelas na vida e no imaginário do Rio de Janeiro foi profundamente alterado. Durante muito tempo, apesar dos problemas, elas foram vistas como ambientes ricos em experiências associativas e de cooperação. Parte da cultura e da própria identidade da cidade, especialmente na música, nascia nelas. Mas a presença crescente do tráfico alimentou a estigmatização desses bairros como zonas francas do crime. Reinstalou-se a antiga visão dos pobres como classes perigosas. A recente tragédia das chuvas aumentou o ódio a essas pessoas indesejáveis, que ainda por cima insistem em morar em áreas de risco.

Tudo isso tem história, geografia e lógica social. Para famílias de baixa renda, a habitação é frequentemente um problema insolúvel no curto prazo. Resta-lhes partir da terra nua, onde ela está disponível, e se lançar num processo lento, longo e não planejado, que só se torna viável quando cria um ambiente social que lhes permita ganhar tempo, às vezes muito tempo, para realizar melhoras progressivas.

A favela segue uma trajetória contrária à dos demais equipamentos urbanos: a antiga é sempre melhor que a nova, graças a um esforço cotidiano e anônimo de autoconstrução permanente. O zinco e o papelão dão lugar à madeira e depois surge a alvenaria. As casas se equipam e se expandem para

abrigar novas gerações. Caminhos e escadarias surgem e se consolidam. O pequeno comércio se adapta. A ajuda mútua prospera, pois a necessidade é comum.

Tal processo, porém, muitas vezes tende à saturação. O adensamento das áreas mais favoráveis e o esgotamento dos espaços levam à verticalização das construções sem os necessários cuidados técnicos, empurram famílias para locais mais íngremes ou reservas florestais e produzem favelas novas, mais precárias, que reiniciam o ciclo. Aparece e aumenta a estratificação social. O uso reiterado do termo comunidade (com-unidade) esconde uma diversidade significativa, cuja expressão mais visível é a divisão entre proprietários e inquilinos. Muitos dos que se deslocam para áreas piores foram despejados do núcleo da própria favela, onde a urbanização avançou, encarecendo o aluguel.

A solução é repensar a cidade. Enquanto 1/3 dos cariocas mora em favelas, esparrama-se nela um imenso arquipélago de locais decadentes ou abandonados: terrenos militares obsoletos, áreas fabris desativadas, instalações portuárias e ferroviárias em desuso, prédios públicos vazios. Em muitos casos, são heranças do antigo Distrito Federal. Ao ir para Brasília, a União se tornou, no Rio, uma grande proprietária fundiária avarenta e relapsa.

Até mesmo o Centro e seu entorno abrigam inúmeras áreas degradadas. Parte do eixo da avenida Presidente Vargas, aberto na década de 1930, ainda não foi ocupada. Um sobrevôo pela Lapa, o Bairro de Fátima, a Gamboa, o Caju, o Catumbi, São Cristóvão, margens da avenida Brasil e toda a zona portuária mostra vazios e ruínas em regiões planas e bem localizadas, que dispõem de infra-estrutura plena. Podem se converter em adequadas alternativas domiciliares, incorporando-se ao renascimento da vida metropolitana. Não que seja uma tarefa simples, mas é cada vez mais necessária.

Como as chuvas voltaram a mostrar, o poder público segue basicamente dois padrões de comportamento: a omissão sistemática e a hiperatividade súbita. Não há planejamento e rotina de trabalho. Por que não aproveitamos as eleições e a aproximação das Olimpíadas para realizar um amplo debate e um pacto pela reforma urbana no Rio de Janeiro?

Se não for assim, as Olimpíadas serão assunto só para políticos e empreiteiras.